



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão do Plano e Orçamento

VIII LEGISLATURA

Assunto: Relatório das Actividades da Comissão do Plano e Orçamento referente ao ano de 2016

Maputo, Março de 2017

SUMÁRIO EXECUTIVO

No âmbito de cumprimento das acções inscritas no seu Plano de Actividades, no contexto das actividades realizadas ao nível interno, a Comissão do Plano e Orçamento (CPO) realizou cerca de 35 Sessões Plenárias, tendo aprovado 07 pareceres, 03 Relatórios de Análise na especialidade e 04 Projectos de Resoluções, dentre outras deliberações sobre outras matérias apreciadas.

Durante a apreciação das Propostas do Plano Economico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE) para 2017, bem como à Conta Geral do Estado de 2014, a CPO recebeu o Ministro da Economia e Finanças da República de Moçambique e ainda membros do Fórum de Monitoria do Orçamento, uma plataforma das Organizações da Sociedade Civil centradas em matérias relacionadas com a Gestão de Finanças Públicas.

A CPO realizou diversas visitas de trabalho às instituições públicas e privadas, nomeadamente: o Gabinete Central de Combate à Corrupção, o Instituto Nacional de Segurança Social, a Cervejas de Moçambique e o Instituto Nacional de Petróleo.

No que tange as Visitas às Províncias do País, trabalhou em 14 Distritos incluindo as Capitais Provinciais.

Para além destas actividades, a CPO recebeu em encontros diversas individualidades em representação de entidades nacionais e internacionais e participou em Seminários e formações, todos realizados na Cidade de Maputo.

No plano externo, a CPO participou na XIII Assembleia Geral Anual da SADCOPAC (organização das CPOs/PAC da SADC); no Seminário Regional dos Parlamentares sobre a Gestão da Dívida Pública, II Grupo de Alto Nível das Comissões Parlamentares Orçamentais dos PALOP e em Timor Leste para a Fiscalização Legislativa ao Ciclo Orçamental com base nos diferentes documentos orçamentais; e na Formação em Supervisão Financeira Parlamentar da Eficácia da Ajuda.

O relato das actividades realizadas constam das sínteses para as sessões plenárias, relatórios para as visitas de trabalho e memorandos para encontros com entidades, que se encontram no Secretariado da CPO para consulta.

A CPO considera o ano em análise produtivo pelo facto de maior parte das acções inscritas no seu Programa de Actividades de 2016 terem sido executadas.

CAPITULO I

1. INTRODUÇÃO

O documento apresenta as actividades realizadas pela Comissão do Plano e Orçamento no âmbito das atribuições consagradas no Regimento da Assembleia da República e no cumprimento do seu Plano de Actividades 2016.

O relatório apresenta a seguinte estrutura, organizada em sete capítulos:

- **Introdução:** apresenta a estrutura do documento;
- **Actividades realizadas a nível Interno:** este capítulo faz menção a instrumentos aprovados em plenaria da CPO, nomeadamente, pareceres, resoluções e relatórios de análise na especialidade preparados, aos encontros realizados com entidades externas, a participação da CPO em seminários e workshops; as visitas de trabalho realizadas às províncias do País;
- **Actividades realizadas a nível externo:** Aborda a participação da CPO em eventos da SADCOPAC e noutros eventos.
- **Orçamento:** especifica as dotações orçamentais atribuídas à CPO e à SADCOPAC, bem como as despesas efectuadas;
- **Assiduidade:** refere a participação dos membros nas actividades bem como os aspectos disciplinares;
- **Constrangimentos:** neste capítulo são arrolados os aspectos que terão tido um reflexo negativo na prossecução cabal das tarefas; e
- **Conclusão:** inclui os aspectos conclusivos e recomendações que se julgam necessárias com vista a uma efectiva actuação do órgão.

CAPÍTULO II

2. ACTIVIDADES REALIZADAS AO NÍVEL INTERNO

2.1. Aprovação de Pareceres, Relatórios na Especialidades e Projectos de Resoluções

2.1.1. Pareceres

A CPO aprovou 07 pareceres, nomeadamente:

- Parecer nº01/2016, de 24 de Março, sobre a Conta Geral do Estado (CGE) de 2014;
- Parecer nº02/2016, de 21 de Julho, relativo às Propostas de Revisão do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2016;
- Parecer nº03/2016, de 17 de Novembro; Proposta de Lei de Revisão da Lei nº.7/2010, de 13 de Agosto, que Cria a Taxa de Sobrevalorização da Madeira;
- Parecer nº04/2016, de 25 de Novembro, relativo à Proposta de Lei que altera o Texto da Pauta Aduaneira e as respectivas Instruções Preliminares;
- Parecer nº05/2016, de 25 de Novembro, relativo à Proposta de Lei que altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA);
- Parecer nº 6/2016, de 25 de Novembro, sobre a Proposta de Lei de Autorização Legislativa para a Criação da Taxa do Turismo;
- Parecer nº 07/2016, de 2 de Dezembro, relativo às Propostas do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado para 2017.

2.1.2. Relatórios na Especialidades

- Relatório de análise, na especialidade, da Proposta de Lei de Revisão do Orçamento do Estado para 2016;
- Relatório de análise, na especialidade, da Proposta de Lei que Cria a Taxa de Sobrevalorização da Madeira;
- Relatório de análise, na especialidade, da Proposta de Lei que altera o Texto da Pauta e as respectivas Instruções Preliminares da Pauta;
- Relatório de análise, na especialidade, da Proposta de Lei que altera o CIVA;
- Relatório de análise, na especialidade, da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2017.

2.1.3. Projectos de Resoluções

- Projecto de Resolução que aprova a Conta Geral do Estado para 2014;
- Projecto de Resolução que aprova a Revisão do Plano Económico e Social para 2016;
- Projecto de Resolução que aprova o Plano Económico e Social para 2017.

2.2. Visitas de Trabalho realizadas

2.2.1. Visitas de Trabalho às Instituições

A CPO realizou visitas de trabalho às seguintes instituições:

- Dia 21 de Março ao Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC);

- Dia 22 de Março ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS);
- Dia 27 de Junho a Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE);
- Dia 11 de Julho a Cervejas de Moçambique (CDM); e
- Dia 12 de Julho ao Instituto Nacional de Petróleos (INP).

2.2.2. Visitas de Trabalho às Províncias

No âmbito da actividade parlamentar de fiscalização e supervisão, a CPO visitou pelo menos dois distritos em cada província.

Zona Sul

- 01 a 04 de Agosto de 2016: **Inhambane** - Cidade de Inhambane; Distritos de Morrumbene;
- 04 a 09 de Agosto de 2016: **Gaza** - Cidade de Xai-Xai; Distrito de Chibuto; e
- 10 a 12 de Agosto de 2016: **Maputo** - Cidade da Matola; Distrito de Manhiça.

Zona Norte:

- 31 de Julho a 06 de Agosto de 2016 - **Niassa** - Cidade de Lichinga; Distritos de Marrupa, e Chimbonila; e
- 06 a 13 de Agosto de 2016 – **Nampula** - Cidade de Nampula; Distritos de Ribáuè e Angoche.

Zona Centro:

- 14 a 16 de Agosto de 2016: **Zambézia** - Cidade de Quelimane;
- 16 a 20 de Agosto de 2016: **Tete** - Cidade de Tete; Distritos de Cahora Bassa, Changara e Moatize;
- 20 a 23 de Agosto de 2016: **Manica** - Cidade de Chimoio; Distritos de Gondola, Sussundenga; e Manica;

Não foram visitadas as Províncias de Cabo Delgado, Sofala e Cidade de Maputo por razões de natureza financeira.

A CPO verificou que a implementação do PES 2016 foi influenciada negativamente pela conjuntura económica internacional e nacional adversa, bem como pelas calamidades naturais, caracterizadas por seca e estiagem na zona sul e em algumas províncias da zona centro e por inundações na zona norte e em algumas províncias da zona centro do país que para além de afectarem o sector agropecuário e segurança alimentar, têm estado a afectar outros sectores produtivos, sendo de destacar a produção de energia hidro-eléctrica. Dentre vários danos, assinala-se a perda de extensas áreas semeadas e de cabeças de gado, destruição de infra-estruturas como salas de aula, unidades sanitárias, estradas e pontes bem como casas habitacionais, para além de agravar o acesso a alimentos e água potável, afectando muitas famílias.

A estes factores juntou-se a instabilidade política e militar resultante da acção de grupos armados da Renamo, afectando diversas escolas situadas nas zonas de risco que ficaram parcial ou totalmente paralisadas, unidades sanitárias vandalizadas e dificultando a livre circulação de pessoas e bens.

Apesar destes factores negativos, a CPO mostrou optimismo com as acções que foram realizadas pelas Províncias no Período de Janeiro a Junho de 2016.

A CPO anotou como boas práticas a serem consideradas e disseminadas, as técnicas (i) viradas para a melhoria da produção agrícola através do sistema de irrigação gota a gota, desenvolvido pela Fazenda Modelo de Cateme, co-financiada pela mineradora Vale Moçambique, na Província de Tete; e as técnicas (ii) usadas pelo Conselho Municipal da Cidade de Xai-Xai no combate à erosão.

No que toca ao grau de implementação das recomendações da CPO na visita que realizou às províncias em 2015, a CPO considerou que em termos gerais as províncias têm cumprido.

2.3. Participação da CPO em outros eventos

2.3.1. Participação nas 1as Jornadas de Finanças Públicas de Moçambique – 5 e 6 de Abril de 2016

A CPO participou nos dias 5 e 6 de Abril de 2016, nas 1^{as} Jornadas de Finanças Públicas de Moçambique, sob o lema: Gestão de Finanças Públicas – Oportunidades e Desafios, a convite da Academia de Finanças Públicas.

As Jornadas tinham como objectivo geral (i) promover o diálogo e a reflexão entre o Governo, sector privado, sociedade civil, parceiros de cooperação, académicos, cidadãos entre outros interessados sobre os desenvolvimentos e reformas verificadas em Moçambique, na região e em outros países de língua oficial portuguesa, e, partilhar experiências, práticas, desafios e oportunidades de desenvolvimento ou reformas; e (ii) promover junto de políticos, gestores, doadores, sector privado e sociedade civil sobre a importância de um sistema de gestão de Finanças Públicas inclusivo, transparente e responsável com vista a um desenvolvimento sustentável e equitativo do país.

2.3.2. Participação no Seminário sobre a Semana de Accão Global de Educação para Todos, 26 de Abril de 2016

A convite do Movimento de Educação para todos, a CPO, representado pelo respectivo Presidente participou no dia 26 de Abril no Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH). De salientar que teve uma apresentação sobre “*o Papel da Assembleia da Republica na aprovação do e fiscalização do Orçamento do Estado, com foco no sector da Educação*”.

O seminário foi organizado pelo Movimento de Educação para Todos, uma organização da sociedade civil que trabalha na área da educação, e, tinha como objectivo discutir e encontrar alternativas sustentáveis para o financiamento ao sector da educação aos diferentes níveis, bem como encontrar mecanismos que ajudem a melhorar a eficiência e eficácia do sistema educativo e da execução dos fundos alocados, tendo em conta as prioridades.

Foram apontados alguns avanços alcançados no sector, nomeadamente: (i) A taxa de escolarização aos 6 anos na 1^a classe, que foi de 83,9%, em 2015 contra os 30,2% em 2000; (ii) A taxa de ingresso das raparigas que foi de 81%, em 2015 contra 40% em 2000 (o que mostra a prioridade do Governo e seus parceiros com este grupo maioritário, mas ainda desfavorecido); e (iv) a percentagem de professoras no ensino geral, é de 38,5% em 2015, contra os menos de 26% em 2000.

2.3.3. Acção de Formação em Gestão das Finanças Públicas, de 10 – 14 de Agosto de 2016

Financiada pela AWEPA, a acção de formação foi facilitada pela Academia de Finanças Públicas, com objectivo de dotar/melhorar a capacidade dos 12 novos deputados e assistentes da CPO na interpretação do Ciclo de Gestão de Finanças Públicas, com especial enfoque para os temas relacionados com: (i) o processo de GFP; o Ciclo de Planificação e orçamentação; (iii) os Elementos de auditoria externa; (iv) os elementos integrantes da conta gerência; e (v) o Parecer e Relatório do Tribunal Administrativo.

2.3.4. Visita de Beneficiários do Subsídio Social Básico no Bairro de Maxaquene – 18 de Setembro de 2016

A CPO realizou uma visita de trabalho, no dia 18 de Setembro de 2016, a convite da Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para a Protecção Social.

A visita decorreu no âmbito da Semana de Protecção Social (17 a 23 de Setembro de 2016) com o objectivo de acompanhar o dia a dia dos beneficiários do programa no Bairro de Maxaquene e entender o impacto dos mesmos em sua vida.

2.4. Encontros de Audiência com diversas entidades

2.4.1. Missão do Fundo Monetário Internacional (FMI)

Sua Excia. Sr. Presidente da CPO, recebeu no dia 23 de Junho de 2016, uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), que visitou o País de 16 a 24 de Junho no âmbito da avaliação dos desenvolvimentos económicos e dar contributos para a concepção das medidas correctivas necessárias para evitar uma maior deterioração do desempenho económico.

A missão era constituída por:

1. Michel Lazare, Chefe da Missão do FMI para Moçambique;
2. Alex Segura, Representante Residente do FMI em Moçambique;
3. Ari Aisen, Futuro Representante Residente do FMI em Moçambique;
4. Maxwell Mkuzelauda, Director Alternante do FMI; e
5. Amílcar Tivane, Conselheiro.

A Missão recomendou pela observação de um conjunto de medidas macroeconómicas correctivas que deveriam ser tomadas com vista a garantir a transparência, melhoria da governação e responsabilização, com destaque para:

- Estabelecimento de limites de contracção de crédito líquido ao Governo;
- Reestruturação da Dívida Pública e evitar a recorrência de dívida não revelada;
- Considerar a possibilidade de venda de activos das Empresas Públicas;
- Necessidade de melhorar a supervisão das Empresas Públicas;
- Aprovação de um Orçamento Rectificativo para corrigir as metas macroeconómicas definidas no Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para o presente ano e garantir uma melhor confiança por parte dos Agentes Económicos, Parceiros de Desenvolvimento, Instituições de Bretton Woods. A aprovação de um

Orçamento Rectificativo iria também garantir a continuação dos desembolsos do financiamento dos Fundos Comuns e Fundos para Projectos;

- Considerar a realização de uma Auditoria Externa Forense Internacional.

O chefe da Missão enalteceu de forma positiva algumas iniciativas já tomadas pela Procuradoria Geral da República e pela Assembleia da República, que constituem passos importantes para restaurar a confiança, nomeadamente:

- i. Investigação sobre a dívida pública anteriormente não revelada pela Procuradoria Geral da República;
- ii. Criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

2.4.2. Especialista em Gestão do Conhecimento e Especialista Sénior de Políticas Sociais, Dr. Andrea Rossi

Sua Excia. Sr. Presidente da Comissão do Plano e Orçamento (CPO), Dr. Eneas da Conceição Comiche recebeu no dia 22 de Setembro de 2016 em audiência os Especialistas da UNICEF, para a apresentação de um consultor, para apoiar a CPO nas áreas de transparência e participação do cidadão bem como na publicação das actividades, por um período de 11 meses.

2.4.3. Representantes da UNICEF, AJECOM, FMO (GMD, CESC, ROSC, Nweti e Helvetas)

A CPO manteve um encontro de trabalho, no dia 27 de Setembro de 2016, com os Representantes da UNICEF, AJECOM (Associação dos Jornalistas Económicos) e FMO para desenhar uma metodologia de trabalho entre a CPO, OSC e *media*, com o apoio da UNICEF, nas áreas de gestão de finanças públicas, transparência orçamental, publicação dos trabalhos da AR/CPO.

CAPÍTULO III

3. ACTIVIDADES REALIZADAS A NÍVEL EXTERNO

3.1. Participação da CPO em eventos da SADCOPAC

3.1.1. Participação na Reunião do Conselho Directivo da SADCOPAC, Joanesburgo, República da África do Sul, de 26 de Fevereiro de 2016

A reunião teve lugar no dia 26 de Fevereiro de 2016, no *Southern Sun O.R Tambo Hotel*, em Joanesburgo, República da África do Sul, onde a Comissão do Plano e Orçamento (CPO) se fez representar por Sua Excia Vice-Presidente da CPO, Esperança Laurinda Francisco Nhuiane Bias e pela Assistente da CPO, Antonieta Alberto Muchabje.

Participaram do evento cerca de 18 delegados provenientes das Comissões de Contas Públicas (PACs) da África do Sul, Botswana, Moçambique, Malawi, Maurícias, Namíbia, Seychelles, Suazilândia e Zâmbia.

A reunião tinha como pontos da agenda, dentre outros os seguintes: (i) Informação sobre a relação entre a SADCOPAC e *World Bank Group*; (ii) Aprovação da Síntese da Reunião do Conselho Directivo que teve lugar em Mahe, Seychelles

no dia 03 de Setembro de 2016; (iii) Apreciação das Acções resultantes da Síntese da Reunião do Conselho Directivo Mahe ' Seyschelles; (iv) Apreciação do *draft* do programa de formação para os novos membros da SADCOPAC e os respectivos técnicos dos Secretariados das PACs; (v) Apreciação das emendas sobre a Constituição da SADCOPAC; (vi) Actividades de captação da SADCOPAC: (i) Documento Síntese para a discussão entre a SADCOPAC e SADC-PF; (ii) Plano das actividades da SADCOPAC, para 2016/2017; e (iii) Actualizações de parceria entre a SADCOPAC e a Dawn Holding da África do Sul; (vii) Apreciação da proposta de acolhimento das Conferências e das Reuniões Gerais da SADCOPAC, para o período 2016 – 2018.

O evento contou com a participação pela primeira vez das Maurícias. O Senhor Presidente da PAC das Maurícias agradeceu a recepção.

Foi igualmente levantada a questão relativa ao atraso no pagamento de quotas por alguns países que tem dívidas acumuladas, situação que cria transtornos na preparação das reuniões e/ou funcionamento da Organização.

Sobre a relação entre a SADCOPAC e o Grupo do Banco Mundial, Instituição que apoia a SADCOPAC, o Secretariado da SADCOPAC informou que não tem havido boas relações devido a muitos condicionalismos impostos por esta instituição para o pagamento de algumas despesas previamente acordadas.

Foi referido que o Banco Mundial não paga as despesas de tradução simultânea alegando custos elevados.

Sua Excia Senhora Presidente da SADCOPAC apelou para que se empreendam esforços com vista a melhorar a relação com o Grupo do Banco Mundial e no que for possível, ponderar-se a busca de outros parceiros para financiarem as actividades da SADCOPAC.

Foi desencadeado um processo para abertura de uma conta bancária em nome da SADCOPAC, na República da África do Sul.

Relativamente à acção de formação prevista para o mês de Março do ano em curso na Namíbia foi remarcada para o mês de Abril de 2016, uma vez o período inicialmente previsto, coincidir com a sessão do Parlamento daquele país.

Foram acolhidas as emendas propostas pelo Grupo Técnico, sobre a Constituição da SADCOPAC, tendo ficado o nº.2 do artigo 10 para apreciação na Reunião Geral.

O acolhimento das próximas conferências e reuniões gerais foi confirmado que o Botswana e Moçambique irão acolher em 2016 e 2017, respectivamente. Para 2018 aguarda-se a confirmação da República da África do Sul.

A Senhora Presidente da SADCOPAC demonstrou satisfação pelo decurso do evento e agradeceu ao secretariado por ter criado condições para que as actividades decorressem com sucesso. Prosseguiu reiterando que a boa discussão com que foram conduzidas as análises permitiu uma melhor apreciação dos pontos da agenda.

Frisou que sendo a SADCOPAC uma das primeiras organizações da SADC, é guardiã de boas experiências e que tudo deve ser feito pelos membros para a continuidade da organização.

3.1.2 Participação na Reunião do Conselho Directivo e na 13ª Assembleia Geral da SADCOPAC, Bloemfontein, República da África do Sul, nos dias 17 e 18 de Setembro de 2016

Tiveram lugar nos dias 17 e 18 de Setembro de 2016, na Assembleia Provincial de Free State, em Bloemfontein, República da África do Sul, a Reunião do Conselho Directivo e a 13ª Assembleia Geral da SADCOPAC (Southern Africa Development Community Organization of Public Accounts Committees), onde a Comissão do Plano e Orçamento (CPO) se fez representar por Suas Excias Presidente da CPO, Dr Eneas da Conceição Comiche, Relator da Comissão, José Manuel Samo Gudo, Membro da CPO, Danilo Aly Teixeira, bem como pela Assistente da CPO, Antonieta Alberto Muchabje.

Participaram cerca de 25 delegados provenientes das Comissões de Contas Públicas (PACs) da África do Sul, Botswana, Lesotho, Moçambique, Malawi, Maurícias, Namíbia e Suazilândia.

Foram justificadas as ausências das Ilhas Seychelles e da Zâmbia, por estarem em processo de eleições. Não se teve justificação das ausências de Angola, da Tanzânia e do Zimbabwé.

Como questão prévia lamentou-se o facto do Botswana ter informado apenas em Maio de 2016 que não poderia acolher a 13ª Conferência da SADCOPAC. Foram feitas diligências no sentido de se encontrar um outro país que poderia acolher a Conferência, mas não foi possível.

Apresentou-se ainda a preocupação da não participação de Angola, mesmo com as quotas regularizadas. Recomendou-se ao Secretariado da SADCOPAC para prestar atenção àquela questão e garantir que as correspondências (convites e outros documentos) para além de serem enviadas aos Presidentes dos Parlamentos sejam, também, do conhecimento dos Presidente das Comissões de Contas Públicas

Foi igualmente levantada a questão relativa ao atraso no pagamento de quotas por alguns países que têm dívidas acumuladas, situação que cria transtornos no funcionamento da Organização.

A sessão de abertura foi dirigida pela Sua Excia. Senhora Presidente da SADCOPAC, Nthabiseng Khunou. Começou por dar boas vindas e de seguida agradeceu a presença de todos para atenderem a Reunião do Conselho Governativo e 13ª Assembleia Geral da SADCOPAC.

Foi apreciada e aprovada a Síntese da Reunião do Conselho Directivo que teve lugar em Johannesburg, República da África do Sul no dia 26 de Fevereiro de 2016.

Relativamente às acções resultantes da Síntese da Reunião do Conselho Directivo de Johannesburg, RSA, de 26 de Fevereiro de 2016 foram apresentados os seguintes pontos de situação: (i) a relação entre a SADCOPAC e o Grupo do Banco Mundial ainda está pendente; (ii) está em curso o processo do pedido de financiamento feito pela SADCOPAC à APAC; (iii) a integração de Madagáscar e da República Democrática de Congo está em curso, tendo sido marcado para Outubro de 2016 a deslocação do Secretariado da SADCOPAC para estes países; (iv) foi feito o apelo para que os países devedores de quotas as regularizem; (v) a abertura de uma conta bancária em nome da SADCOPAC, na República da África de Sul ainda está pendente, devido aos complexos requisitos que são exigidos pela banca local. Estão a encetar diligências junto da APAC no sentido de ajudar neste processo; (vi) a Empresa da Rede de Telefonia Móvel da África do Sul, MTN está disposta a patrocinar a Organização, desde que esta possua uma conta bancária na África do Sul.

Quanto ao Relatório do Gabinete do Auditor Geral da Zâmbia aos fundos da SADCOPAC referente ao exercício económico 2015/2016, constatou-se que o valor da contribuição das quotas é relativamente baixo, pois, países há que não honram os seus compromissos. Por outro lado, foi constatado que no acto da transferência do valor referente à quota anual de USD5.000,00 tem havido um desconto de USD7,00 de despesas bancárias. Assim, foi recomendando aos países para junto dos respectivos sectores de administração e finanças terem em conta que as despesas bancárias devem suportadas pelo país.

O gabinete de auditoria, chefiado pelo Senhor Ron M. Mwambwa, Auditor Geral, agradeceu à SADCOPAC pela confiança pelo trabalho realizado no período 2013 a 2015.

Para o exercício económico 2016/2017 foi aprovado o auditor geral do Botswana.

Moçambique confirmou a realização da 13ª Conferência e 14ª Assembleia Geral da SADCOPAC para primeira Quinzena de Outubro de 2017, tendo, na altura, apresentado e submetido para apreciação pelo Grupo Técnico e Conselho Directivo, uma proposta do tema e subtemas a serem abordados.

A República da África do Sul ficou por confirmar se poderia acolher ou não os eventos de 2018.

Foram apreciadas e aprovadas as emendas sobre o Estatuto da SADCOPAC.

3.2. Participação da CPO em outros eventos

3.2.1. Participação no II Grupo de Trabalho de Alto Nível das Comissões Parlamentares Orçamentais dos PALOPs e de Timor Leste para a Fiscalização Legislativa ao longo do Ciclo Orçamental com base nos diferentes Documentos Orçamentais

O evento realizou-se de 11 a 13 de Outubro de 2016 nas instalações da Assembleia Nacional de Angola e contou com a participação de cerca de 100 delegados em representação de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, bem como de diversas personalidades com destaque para o Venerando Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas de Angola.

Foi produzida uma Declaração Final na qual os delegados presentes consideram a necessidade de (i) Continuar a fortalecer a capacidade de fiscalização legislativa orçamental nos PALOP e Timor-leste e reforçar a comunicação e visibilidade do processo de fiscalização legislativa orçamental nos PALOP e em Timor-Leste; e (ii) Promover e continuar a reforçar a troca permanente de experiências e aprendizagem entre pares no domínio da fiscalização legislativa orçamental e no âmbito das Comissões Parlamentares do Plano, Orçamento e/ou Finanças dos PALOP e Timor-Leste.

Na Declaração reitera-se a vontade de manter e dinamizar encontros anuais, presenciais ou por videoconferência, do Grupo de Trabalho de Alto Nível das Comissões Parlamentares orçamentais dos PALOP e de Timor-Leste para a Fiscalização Legislativa ao longo do Ciclo Orçamental.

Em representação das respectivas Comissões, os participantes ao II Grupo de Trabalho de Trabalho de Alto Nível reunido em Luanda, comprometeram-se que em respeito dos respectivos quadros legais nacionais, envidar esforços

para promover (i) a continuação do reforço da fiscalização legislativa orçamental e (ii) iniciativas para implementar as conclusões e recomendações adoptadas pela plenária do II Grupo de Trabalho de alto Nível,

CAPÍTULO IV

1. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

4.1. Execução Orçamental da CPO

A dotação orçamental atribuída à CPO para 2016 foi de 6,618,000,00 Meticais e a CPO executou 6,160,110.43Mt, registando um saldo negativo de 203.910,43 MT (relativamente ao disponível que foi de 5,956,200.00), conforme o Mapa a seguir:

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA CPO (Valores em MT)			
Descrição	Despesa		Saldo
	Gasto	Peso	
Valor Inicial			5,956,200.00
Pagamento da Senha de Presença Reunião da CPO Fev 2016	202,500.00	3.52	5,753,700.00
Ajudas de Custos viagem a Noruega	70,784.16	1.19	5,682,915.84
Passagem aérea para Noruega	270,981.00	5.55	5,411,934.84
Conversão de Passagem aérea	49,673.00	0.92	5,362,261.84
Pagamento da Senha de Presença	118,800.00	1.99	5,243,461.84
Pagamento do Subsidio Terrestre	11,400.00	0.19	5,232,061.84
Ajudas de Custos para Inglaterra	455,169.22	7.64	4,776,892.62
Ajudas de Custos Visitas as Províncias	1,251,675.00	21.01	3,525,217.62
Pagamento de passagens aéreas visitas as Prov.	932,659.00	15.66	2,592,558.62
Aluguer de viaturas – visitas as Prov.	1,906,150.00	32.00	686,408.62
Pagamento do valor de recargas – visitas as Prov.	1,800.00	0.03	684,608.62
Pagamento da diferença de passagem	2,076.00	0.04	682,532.62
Pagamento da Vacina contra Febre Amarela	1,350.00	0.02	681,182.62
Ajudas de Custos viagem a Angola	319,052.80	5.36	362,129.82
Passagens aéreas viagem a Namíbia	306,920.00	5.15	55,209.82
Ajudas de Custos Viagem a Namíbia	204,601.32	3.44	(149,391.50)
Pagamento de Senha de presença	42,000.00	0.71	(191,391.50)
Encargos Bancários	5,475.53	0.92	(196,867.03)
Outras despesas	7,043.40	0.12	(203,910.43)
Total Gastos	6,160,110.43		
Saldo Final			(203,910.43)

Fonte: Divisão de Finanças do SGAR- Mapa de Execução Orçamental da CPO 2016.

4.2. Execução Orçamental da SADCOPAC

A execução orçamental finalizou com um saldo positivo de 994,742.54 em relação à dotação atribuída a CPO, por não ter tido lugar a Conferência da SADCOPAC prevista para sua realização em Botswana e não ter participado na reunião da EAAPAC.

A seguir o Mapa de Execução Orçamental

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA SADCOPAC (Valores em MT)			
Descrição	Despesa		Saldo
	Gasto	Peso	
Valor Inicial			1,575,000.00
Passagens aéreas para Johannesburgo, RSA	46,347.00	2.94	1,528,653.00
Ajudas de Custos para Johannesburgo	48,478.43	3.10	1,480,174.57
Passagens aéreas para Bloemfontein, RSA	171,475.00	10.89	1,308,699.57
Ajudas de Custos para Bloemfontein	311,619.98	19.79	997,079.59
Encargos Bancários	2,337.15	0.15	994,742.54
Total Gastos	580,257.46		
Saldo Final			994,742.54

Fonte: Divisão de Finanças do SGAR- Mapa de Execução Orçamental da SADCOPAC 2016.

CAPÍTULO V

5. ASSIDUIDADE

A participação dos membros da CPO foi considerada óptima.

CAPÍTULO VI

6. CONSTRANGIMENTOS

Na realização das suas actividades, a CPO deparou-se com alguns constrangimentos, nomeadamente os seguintes:

- Orçamento e dias de visitas de trabalho de fiscalização são insuficientes, não tendo sido possível o número dos distritos que habitualmente têm-se visitado;
- Consumíveis para impressoras. Com efeito, a CPO recebeu impressoras portáteis mas não funcionam por falta de *toners*, este *constrangimento é recorrente*;
- Os telefones fixos não funcionam e não existe meio de comunicação;
- O acesso à internet deficitária;
- A falta de *Datashow* dificulta o curso normal das actividades;
- Demora de resposta para atender as avarias de equipamento e/ou imóveis no gabinete do PCPO.

CAPÍTULO VII

7. CONCLUSÃO

Considera-se positivo o trabalho realizado pela CPO durante o ano de 2016, tendo em conta que todas as matérias a si remetidas mereceram o devido tratamento, com a observância dos prazos preconizados na legislação bem como as actividades programadas.

Maputo, Março de 2017